



Revista História da Educação

ISSN: 1414-3518

rhe.asphe@gmail.com

Associação Sul-Rio-Grandense de

Pesquisadores em História da Educação

Brasil

Pinheiro, Maria de Lourdes; Menezes, Maria Cristina  
Pragmatismo e idealismo: o debate entre pioneiros e católicos em dois manuais no Brasil  
dos anos de 1930

Revista História da Educação, vol. 19, núm. 45, enero-abril, 2015, pp. 127-139  
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação  
Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321638445008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## PRAGMATISMO E IDEALISMO: O DEBATE ENTRE PIONEIROS E CATÓLICOS EM DOIS MANUAIS NO BRASIL DOS ANOS DE 1930

Maria de Lourdes Pinheiro

*Universidade Estadual de Campinas, Brasil.*

Maria Cristina Menezes

*Universidade Estadual de Campinas, Brasil.*



### Resumo

Na década de 1930 acentuava-se o debate educacional brasileiro entre dois grupos rivais, que se utilizaram do livro como um dispositivo estratégico para divulgar ou censurar concepções pedagógicas com a intenção de consolidar um determinado modelo escolar. Neste contexto e por uma perspectiva histórico-cultural, o presente trabalho apresenta uma discussão sobre dois impressos de coleções pedagógicas que circularam no Brasil: *Democracia e educação*, de John Dewey (1936) e *A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático*, de Herman Harrel Horne (1938).

Palavras-chave: coleções pedagógicas, estratégia, práticas, modelo escolar.

### PRAGMATISM AND IDEALISM: THE DEBATE BETWEEN CATHOLICS AND PIONEERS IN BRAZIL IN TWO BOOKS OF THE 1930S

### Abstract

In the 1930 the Brazilian educational discussion took place between two opposing groups, who used the book as a strategic device aimed to disseminate or censure pedagogical concepts with the intent of consolidating a particular school model. In this context and a cultural-historical perspective, this paper presents a discussion of two printed collections pedagogical that circulated in Brazil: *Democracy and Education* by John Dewey (1936) and *The Philosophy of Education from the democratic point of view*, by Herman Harrell Horne (1938).

Key-words: pedagogical collections, strategy, practices, school model.

## EL PRAGMATISMO Y EL IDEALISMO: EL DEBATE ENTRE CATÓLICOS Y PIONEROS EN BRASIL EN DOS LIBROS DE LA DÉCADA DE 1930

### Resumen

En los años 1930 acentuado el debate educativo brasileño entre dos grupos rivales, que utilizan el libro como un mecanismo estratégico para dar a conocer o censurar conceptos pedagógicos con la intención de consolidar un modelo de escuela particular. En este contexto y una perspectiva histórico-cultural, este artículo presenta un análisis de dos colecciones impresas pedagógicos distribuidos en Brasil: *Democracia y educación*, de John Dewey (1936) y *La filosofía de la educación desde el punto de vista democrática*, de Herman Harrell Horne (1938).

Palabras-clave: colecciones pedagógicas, estrategia, prácticas, escuela modelo.

## LE PRAGMATISME ET IDÉALISME: LE DÉBAT ENTRE LES CATHOLIQUES ET LES PIONNIERS AU BRÉSIL DANS DEUX LIVRES DES ANNÉES 1930

### Résumé

Dans les années 1930 accentué le débat sur l'éducation brésilienne entre deux groupes rivaux, qui ont utilisé le livre comme un dispositif stratégique pour faire connaître ou de censurer concepts pédagogiques avec l'intention de consolider un modèle d'école en particulier. Dans ce contexte et dans une perspective historico-culturelle, cet article présente une discussion de deux recueils imprimés pédagogiques distribués au Brésil: *Démocratie et éducation* par John Dewey (1936) et *La Philosophie de l'éducation du point de vue démocratique* par Herman Harrell Horne (1938).

Mots-clé: collections pédagogiques, stratégie, pratiques, model school.

## Introdução

**U**m importante campo de investigação historiográfica tem se consolidado a partir de estudos sobre impressos pedagógicos e seus usos escolares. Tais estudos têm colocado ênfase nos suportes materiais da produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos, abrangendo desde pesquisas sobre livros de uso escolar, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares e coleções dirigidas a professores.

Para Biccias e Carvalho (2000), a materialidade desses objetos passa a ser o suporte do questionário que orienta o investigador no estudo das práticas formalizadas nos seus usos. Conforme as autoras, a ênfase em tais usos tem deslocado o olhar do historiador da educação dos modelos pedagógicos para a multiplicidade dos dispositivos materiais em que se inscrevem, como produtos culturais determinados, e para as práticas diferenciadas de sua apropriação.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta uma discussão sobre dois impressos de coleções pedagógicas que circularam no Brasil no final da década de 1930. *Democracia e educação*, de John Dewey, foi publicado em 1936 em São Paulo pela coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, na série Atualidades Pedagógicas, organizada por Fernando de Azevedo, e *A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático*, de Herman Harrel Horne, foi publicado em 1938 também em São Paulo pela coleção Biblioteca Universitária, na série Educação.

Importa ressaltar que essa discussão inscreve-se em uma perspectiva histórico-cultural, conforme as proposições metodológicas de Chartier (1990), segundo o qual a abordagem cultural da história resulta de um esforço para entrar na complexidade de uma sociedade a partir de um elemento particular e tem por objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, o que significa que, a partir de uma prática específica, se pode reconstruir a totalidade dos laços, interdependências, relações que definem o mundo social. Desta forma, a presente discussão fundamenta-se em premissas de Chartier (1990), para quem o livro é tido em sua materialidade de objeto cultural, preocupando-se com as práticas que o produziram e os usos que dele são feitos. Proceder à análise da materialidade dos impressos significa, então, discernir as marcas de sua produção, circulação e usos.

Entretanto, os impressos com destinação pedagógica devem ser analisados não apenas do ponto de vista de sua produção, circulação e distribuição, mas também pelas estratégias editoriais que investiam em determinados saberes, considerados como necessários à prática docente. O conceito de estratégia é tomado a Certeau (2000), compreendido como dispositivo de normatização de práticas estabelecidas por determinados lugares de poder.

Carvalho e Toledo (2006) apontam que, no Brasil dos anos 1920 e 1930, o livro foi uma peça fundamental de um programa de transformação da cultura nacional em que se engajou toda uma geração de políticos e intelectuais. Até então as autoras observam que o consumo de livros importados e de livros de autores brasileiros, impressos em geral fora do país, era a principal característica do mercado editorial. No início dos anos de 1920 a situação começou a mudar, pois quando o público leitor passou a procurar por autores e

obras produzidas no país, isto fez com que os editores começassem a publicá-las. Além da ampliação do interesse pelo livro nacional, houve também uma expansão do mercado editorial em direção a novos leitores, como as mulheres e as crianças. Desta maneira, as estratégias editoriais, como as coleções pedagógicas, foram amplamente utilizadas para a conquista de novos públicos.

Embates educacionais travados na década de 1920, tanto em torno das proposições pedagógicas sobre o método de ensino intuitivo, quanto das novas representações sobre a atividade da criança difundidas pelos escolanovistas, buscavam legitimação no campo dos saberes pedagógicos. As correntes envolvidas em tais embates utilizaram-se de modalidades distintas para a organização de saberes considerados como necessários à prática docente: de um lado, numa relação com a pedagogia entendida como arte de ensinar, as revistas e os manuais pedagógicos vinham sendo organizados, desde o final do século 19, a partir de modelos de lições e materiais para uso do professor, enquanto divulgavam o pensamento educacional de diversos educadores em defesa do modelo escolar paulista, e de outro lado, os impressos dirigidos aos professores para oferecer fundamentos e subsídios à prática docente, como as coleções pedagógicas, forneciam um conjunto de informações e referências para os professores com base nos princípios da Escola Nova, para constituir uma nova cultura pedagógica.

Após a Revolução de 1930 ocorreu uma mudança de perspectiva educacional, com a educação sendo reconhecida como uma questão nacional, fato que aconteceu, sobretudo, após o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. O Manifesto explicita a tomada de posição de um grupo de educadores que vinha se reunindo na década de 1920 e que percebeu na Revolução de 1930 uma oportunidade de vir a exercer o controle da educação do país. Todavia, a crescente penetração do ideário renovador na educação brasileira não aconteceu apenas entre os pioneiros da educação nova, também as escolas católicas buscaram inserir-se no movimento renovador das ideias e métodos pedagógicos. Acentuou-se, a partir daí, o debate educacional entre católicos e pioneiros, conforme ficaram conhecidos na historiografia sobre o tema.

É neste sentido que editoras como, por exemplo, a Companhia Editora Nacional, de São Paulo, publicou a coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, na qual a série Atualidades Pedagógicas recebeu a organização de Fernando de Azevedo, num primeiro momento, e a Livraria Acadêmica Saraiva, também de São Paulo, que, por sua vez publicou a coleção Biblioteca Universitária, na série destinada a impressos de Educação. Nestas coleções para professores os nomes do editor ou do organizador, assim como também do tradutor, no caso de obra estrangeira, e do apresentador/prefaciador, conferiam-lhes legitimidade necessária devido, sobretudo, ao prestígio e à posição que ocupavam no campo educacional.

Passando a utilizar-se de estratégias editoriais diversas para divulgar ou censurar concepções pedagógicas, pretendiam ganhar a adesão do professorado para garantir o controle do campo educacional e consolidar um modelo escolar. Mas enquanto os pioneiros da educação nova utilizaram o impresso para constituir um repertório de saberes que oferecesse fundamentos e subsídios à prática docente, divulgando e privilegiando a edição de coleções pedagógicas que funcionassem como ferramentas de transformação do trabalho do professor nas escolas, os católicos utilizaram o impresso

como dispositivo de constituição de um lugar de autoridade e censura do discurso escolanovista dos adversários, ao mesmo tempo em que constituía e legitimava o seu próprio discurso, o que reforça a afirmação de Chartier (1990) de que, para cada caso, é necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, uma vez que suas representações acabam por serem colocadas “num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Chartier, 1990, p. 17).

Assim, se para Chartier (1990) os impressos são como dispositivos textuais que “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ele menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (p. 17), conforme a perspectiva de Certeau (2000) deve-se considerá-los também como suportes que buscam estabelecer uma ordem, daí a importância das coleções pedagógicas como estratégia de difusão de modelos e ideais pedagógicos. É com base nessa discussão que o presente trabalho busca analisar os impressos mencionados.

### A democracia e educação de Dewey

*Democracia e educação*, de John Dewey, foi publicado no Brasil em 1936 pela coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, como o volume 21 da série Atualidades Pedagógicas, tendo sido traduzido por Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. Possuía, na edição brasileira, uma apresentação de Anísio Teixeira datada de 15 de janeiro de 1936 e iniciava com um prefácio do próprio Dewey.

A série Atualidades Pedagógicas foi editada pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, entre 1931 e 1981, e recebeu a organização e direção de Fernando de Azevedo até 1943. Com a sua saída João Baptista Damasco Penna assumiu a direção da série e imprimiu, após 1950, um novo projeto editorial.

Azevedo era uma figura muito conhecida e prestigiada e tinha posição de liderança no movimento educacional. Tal liderança havia sido construída em São Paulo, ao dirigir um inquérito sobre a instrução pública, em 1926, nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo*. Além disso, havia consolidado sua liderança e posição de prestígio com a reforma escolar que realizou no Distrito Federal em 1928. Toledo (2007) considera que no período em que Fernando de Azevedo esteve à frente da organização de Atualidades Pedagógicas, os livros publicados naquele momento foram modelos escolanovistas de leitura e formação docente, pois Azevedo trabalhou no sentido de publicar autores e textos oriundos da reforma empreendida por Anísio Teixeira, no Distrito Federal, entre 1931 e 1935, da sua própria reforma em São Paulo, em 1933, assim como os autores da Associação Brasileira de Educação.

Educador, ensaísta e sociólogo, Fernando de Azevedo foi ainda um dos principais introdutores das concepções do sociólogo francês Émile Durkheim no Brasil. Em 1932 redigiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o que veio a dar-lhe ainda mais notoriedade, adquirida também por sua atividade desenvolvida nos meios educacionais e pelo importante papel que exercia como um dos dirigentes da Companhia Editora Nacional.

Advogado e educador, Anísio Teixeira<sup>1</sup>, por sua vez, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e tem sido considerado um dos maiores representantes do movimento escolanovista no Brasil. A partir do Manifesto, tanto Anísio Teixeira, quanto Fernando de Azevedo sofreram forte oposição de intelectuais conservadores e católicos, cujo projeto educacional fundamentava-se em pressupostos bem diferentes dos seus. Em um momento posterior de acirramento das tensões políticas, Teixeira chegou a ser acusado de envolvimento com os comunistas. Após estudar na Universidade de Colúmbia tomou contato com a obra de John Dewey, fato que o marcou profundamente. Assim, ao fazer a apresentação do livro de Dewey considerou-o uma contribuição à cultura popular brasileira, sobretudo em relação à questão de esclarecer o que era democracia e quais os meios de realizá-la, pois, para ele, havia no país uma confusão de pensamento a respeito do que seria a verdadeira democracia:

Mas, não é só. A obra de Dewey é a mais sólida e a mais convincente das reivindicações do pensamento moderno, no sentido de demonstrar a sua inalterável continuidade com todo o pensamento da humanidade e a sua vigorosa capacidade de restaurar e revitalizar todos os valores morais e espirituais indispensáveis à vida do homem. (Teixeira, 1936, p. 5)

John Dewey (1859-1952) foi um filósofo norte-americano muito apreciado e com forte penetração entre os educadores, sendo talvez uma das figuras do movimento escolanovista mais conhecidas no âmbito internacional. Para ele a base da educação deveria estar na criança, em seus interesses e suas capacidades. Além disso, o conceito central da sua teoria era a experiência. Assim, conforme a definição de Dewey, a educação era a reconstrução contínua da experiência, tendo como modelo as ciências naturais e procedimentos que recorriam a hipóteses e provas.

Dewey entendia que a educação deveria representar a vida e formar indivíduos abertos, questionadores, ativos e que sustentariam a vida democrática. Nesse sentido, o livro *Democracia e Educação*<sup>2</sup> era tido pelo próprio Dewey como um breve tratado de Filosofia da Educação e como um esforço para penetrar e definir as ideias implícitas em uma sociedade democrática, aplicando-as aos problemas educacionais. Para tanto, esclarecia Dewey,

a exposição inclui a indicação dos fins e métodos construtivos da educação pública, encarados desse ponto de vista, e ainda uma crítica das teorias do conhecimento e da moral, formuladas em condições sociais primitivas e que continuam a atuar nas sociedades nominalmente democráticas, obstando a realização adequada do ideal democrático. (Dewey, 1936, p. 9)

Conforme o autor, a filosofia exposta no livro mostrava o desenvolvimento democrático em suas relações com o desenvolvimento do método experimental nas ciências - das ideias de evolução nas ciências biológicas e com a reorganização industrial

<sup>1</sup> Sobre Anísio Teixeira, ver Smolka e Menezes (2000).

<sup>2</sup> O livro é de 1916 e o título original é *Democracy and education*. A tradução brasileira de 1936 informa ao leitor que nesta mesma coleção, Atualidades Pedagógicas, foi também traduzida a obra de Dewey *Como pensamos*, volume 2.

- e analisava as mudanças de matéria e método na educação que tais desenvolvimentos determinavam.

Para alcançar a sua finalidade, Dewey apresentava inicialmente uma discussão sobre a educação como uma necessidade da vida, uma vez que seria “da própria essência da vida a luta para se continuar a viver” (1936, p. 28), daí a importância da educação, inicialmente como transmissão de experiências por meio da comunicação, para depois tornar-se formal e intencional. Porém, alertava o autor, justamente aí, quando “progridem o ensino e o aprendizado formais, surge o perigo de criar-se indesejável separação entre a experiência adquirida em associações mais diretas e a adquirida nas escolas” (Dewey, 1936, p. 29). Dessa forma, discutia a educação como função social, direção e crescimento, além de preparação, desdobramento e disciplina formal. Debatia os conceitos de educação conservadora e progressiva e, a partir daí, apresentava uma concepção democrática de educação e seus objetivos, seu desenvolvimento natural e sua eficiência social:

Como a educação é um processo social e há muitas espécies de sociedade, um critério para a crítica e a construção educativa subentende um ideal social determinado. Os dois critérios escolhidos para aferir-se o valor de alguma espécie de vida social são a extensão em que os interesses de um grupo são compartidos por todos os seus componentes e a plenitude e a liberdade com que esse grupo colabora com outros grupos. Por outras palavras: uma sociedade indesejável é a que interna e externamente cria barreiras para o livre intercâmbio e comunicação da experiência. Uma sociedade é democrática na proporção em prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas da vida associada. Essa sociedade deve adotar um tipo de educação que proporcione aos indivíduos um interesse pessoal nas relações e direções sociais, e hábitos de espírito que permitam mudanças sociais sem o ocasionamento de desordens. (Dewey, 1936, p. 132)

Neste sentido, a primeira parte do livro de Dewey trata da educação de uma forma mais geral, como necessidade e função sociais. Para ele, educação seria, então, o processo por meio do qual os grupos sociais mantinham sua existência contínua. Já a segunda parte do livro traz uma análise mais particularizada da educação, baseada num critério democrático que subtende o ideal de uma contínua reconstrução ou reorganização da experiência, de forma a aumentar a significação ou conteúdo social da mesma, e a aumentar a capacidade de os indivíduos procederem como orientadores desta reorganização. Para tanto, Dewey apresentava uma discussão sobre “interesse e disciplina” e “experiência e pensamento”, chamando a atenção para a importância do papel da reflexão na experiência, pois “pensar é o ato cuidadoso e deliberado de estabelecer relações entre aquilo que se faz e as suas consequências” (Dewey, 1936, p. 195).

Aborda ainda a questão de “jogo e trabalho”, bem como “trabalho e lazer”, pois “quanto mais complexa se torna a atividade, mais significativa se torna, pela maior atenção aos resultados especiais conseguidos. Deste modo ela se transforma gradualmente em trabalho” (1936, p. 261). Para Dewey importava então separar trabalho

das falsas condições econômicas que tendem a transformar jogos em “excitações ociosas para a classe abastada” e em “esforço desagradável para os pobres” (Dewey, 1936, p. 195).

Em conformidade com as ideias até então discutidas, Dewey passava a argumentar sobre o que entendia por valores educacionais e por aspectos vocacionais da educação e discutia ainda sobre a natureza do método, das matérias de estudo e o papel da filosofia da educação como teoria geral da educação.

Por fim, elaborava uma discussão a respeito das teorias do conhecimento e de moral, pois, para Dewey, o mais importante problema da educação moral nas escolas dizia respeito às relações entre o conhecimento e a conduta, sendo moral entendida como toda educação que desenvolvesse a capacidade de participar eficazmente da vida social.

### A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático para Horne

Herman Harrell Horne (1874-1946), também filósofo e educador norte-americano, foi um representante do idealismo filosófico na teoria e na prática educativa, além de defensor de uma abordagem espiritual e religiosa para a educação. Em sua definição de idealismo, Horne mantinha a centralidade da liberdade de vontade, porém reconhecia que o indivíduo não é um ser isolado, mas parte de um todo maior. Seu livro, *A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático*<sup>3</sup>, era uma avaliação crítica das ideias progressistas e pragmáticas de Dewey.

O livro de Horne foi publicado no Brasil em 1938, pela coleção Biblioteca Universitária, como o número 5 da série Educação. A coleção foi editada pela Livraria Acadêmica Saraiva & Cia., de São Paulo e teve tradução de Adolpho Packer, inspetor da Educação Secundária e Normal no Estado de São Paulo. Adolpho Packer, posteriormente, dirigiu a Coleção de Ensino Normal<sup>4</sup>, também publicada pela Saraiva, no início da década de 1940.

O livro de Horne traz na publicação brasileira e logo abaixo do título a indicação de como devia ser lido: “para ser utilizado em conexão com Democracia e Educação do Dr. Dewey” (folha de rosto). Na página seguinte à folha de rosto, traz a seguinte observação: “Em comemoração do centenário da morte de G. W. Hegel, absolutista, de quem John Dewey, experimentalista, escreve... o trato com Hegel deixou um traço permanente no meu pensamento” (Horne, 1938, p. 3).

Em seguida apresenta dois prefácios. O primeiro de autoria de Leonardo Van Acker, um intelectual católico que exerceu enorme influência como filósofo da educação e professor catedrático de Filosofia da Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre os anos de 1948 a 1955 (Albuquerque, 2005). Considerado em alguns círculos como um dos maiores condecorados da filosofia contemporânea de sua época,

<sup>3</sup> Ao que tudo indica, o livro é de 1932 e o título original era *The democratic philosophy of education*. A tradução brasileira de 1938 traz a informação de que Horne seria autor dos seguintes títulos: *Filosofia da educação*, *O idealismo na educação*, *Princípios psicológicos da educação*, *A vontade livre e a responsabilidade humana* e *Os contos, as perguntas e o estudo*.

<sup>4</sup> O objetivo da coleção, segundo Packer, era o de publicar livros destinados ao ensino normal para auxiliar, tanto alunos, quanto professores, contribuindo para a obra de renovação que se estruturava no campo educacional.

Albuquerque (2005) aponta que Van Acker foi também um dos principais representantes do pensamento tomista no Brasil e um representante do pensamento católico conservador.

Os pressupostos filosóficos tomistas defendidos por Van Acker encontraram uma intensa reação por parte do grupo dos chamados pioneiros da educação nova nos anos de 1930, quando a produção intelectual de Van Acker concentra-se em questões referentes à educação no Brasil, vindo a polemizar ativamente com o grupo dos pioneiros (Albuquerque, 2005).

É importante ressaltar que Van Acker escrevia para a *Revista Brasileira de Pedagogia*<sup>5</sup>, uma publicação da Confederação Católica Brasileira de Educação. Em março de 1934, no número 2 da revista, Van Acker alertava que era necessário consultar a Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, do papa Pio XI, dezembro de 1929, acerca da educação cristã da juventude. Para ele e de acordo com a encíclica, nem tudo podia ser aproveitado dos métodos da escola nova. Recomendava, então, que se aproveitasse o que ela tinha de bom, tanto na disciplina como nos métodos.

No prefácio de dezembro de 1937 ao livro de Horne, Van Acker observou que a escola nova no Brasil havia sido colocada sob o patrocínio de Dewey. Entretanto, a escola deweyana, no seu entender, havia se comprometido por laivos comunistas, não levando a nenhum fim determinado. Assim, o livro de Horne apresentava-se como uma revisão das hipóteses pedagógicas tidas como dogmas. Para Van Acker, a pedagogia deweyana não passava de “cientismo [sic] positivista e materialista” (Van Acker, 1938, p. 5). Dessa forma, devido a um “materialismo perigosamente otimista”, Van Acker acreditava que devia combater a escola “progressiva” de Dewey, por que esta não levava às finalidades éticas e nacionais que o Brasil precisava. Nesse sentido, para ele, a tradução do livro norte-americano, “corajosamente realizada pelo sr. Inspetor Adolpho Packer”, mostrava “como os que lidam na experiência real da educação nacional, sentem a necessidade de submeter a escola nova a exame crítico reconstrutivo” (Van Acker, 1938, p. 5).

O segundo prefácio do livro *A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático* foi assinado pelo próprio autor, Herman Harrel Horne, então professor de História da Educação e de História da Filosofia na Universidade de Nova Iorque. No prefácio, com data de janeiro de 1932, Horne apresenta duas cartas: uma sua endereçada a Dewey, de junho de 1929, e a resposta de Dewey, de agosto de 1929.

Em sua carta a Dewey, Horne informa que o livro *Democracia e educação* havia sido adotado por ele no curso de Filosofia da Educação na Escola de Educação da Universidade de Nova Iorque. Como resultado de anos de experiência no emprego do livro duas opiniões haviam se formado a respeito: a primeira de que uma análise expositiva dos tópicos mais importantes da argumentação de Dewey era muito bem recebida pela maioria dos alunos; a segunda de que um ponto de vista contrastante, que mostrava uma filosofia diferente de Dewey, era também estimulante para que os alunos formulassem uma opinião própria. O contraste do qual fala Horne refere-se, segundo ele próprio, a uma discussão sobre os pontos de vista pragmáticos de Dewey com os seus, de cunho idealista.

<sup>5</sup> O primeiro número da revista é de fevereiro de 1934.

Na carta, Horne informa ainda que vinha alimentando um projeto de escrever um texto que acompanhasse *Democracia e educação* e que incluísse as duas concepções e comentários respectivos. Horne, então, questionava: “achareis oportuno o aparecimento de um volume nessas condições?”. Ao que Dewey respondeu favoravelmente, que a ideia era bem vinda.

Assim, após a apresentação das duas cartas, Horne continuava o prefácio informando ao leitor que seu livro havia sido escrito de maneira a acompanhar *Democracia e educação*, na mesma ordem e sequência de tópicos ali discutidos. Ressaltava que o considerava um texto difícil de ser lido, árido e confuso, fato que decorria da forma peculiar com que Dewey escrevia. Além disso, faltava-lhe também, no seu entender, um plano coordenador. Dessa forma, seguindo o índice, primeiro fazia a exposição de cada item e subitem do livro de Dewey, para em seguida apresentar um comentário interpretativo e crítico seu.

A partir daí, Horne inicia o livro com a *Exposição* do prefácio de Dewey em *Democracia e educação*, para, na sequência, apresentar sua crítica no que denominou *Comentário*. E o livro percorre, assim, todo o índice de *Democracia e educação*, com exposições seguidas de comentários.

Grande parte da crítica de Horne foi dirigida ao estilo de escrita de Dewey. Para Horne, Dewey cometia alguns erros como, por exemplo, a utilização de termos usuais em sentidos não usuais, o uso de palavras com múltiplos sentidos, o uso de períodos longos, intrincados, o desenvolvimento de diversas ideias importantes em um mesmo parágrafo e não discriminando com clareza quando estava estabelecendo pontos de vista próprios ou alheios:

Se nos fosse permitido aventurar algumas conjecturas, diríamos que o processo associativo mental do Dr. Dewey se desenvolve com muita rapidez, e cada tópico que a sua rica inteligência elabora tem tal opulência de associações, que, quando ele escreve, irrompem de uma só vez, em rica profusão e confusão. Além disso, ele provavelmente não escreve seguindo em esquema previamente traçado. E, finalmente, não revê o que escreve. [...] Além disso, o Dr. Dewey, como Browning, conhece e supõe conhecidas, em suas referências, conhecimentos históricos que os seus leitores desconhecem e que os futuros discípulos de suas teorias educacionais de caráter pragmático ainda conhecerão menos. (Horne, 1938, p. 15)

Para além da questão da particularidade de como Dewey escrevia, a crítica de Horne foi, de fato, dirigida ao método pragmático defendido por Dewey, o que fica claro no decorrer da leitura de *A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático*. Para Horne, porém, o seu ponto de vista não excluía das escolas o método pragmático de tentar e ver, mas completava esse método, com o que já havia sido experimentado e visto. Horne questionava, ainda, a origem democrática do pragmatismo, a sua razão de ser como epistemologia e a sua adoção exclusiva nas escolas.

Por fim, ao concluir o livro, Horne criticava a falta de uma teoria do sentimento no livro de Dewey, uma vez que nele havia espaço para teorias do conhecimento e da moral, mas não para o sentimento. Criticava a falta do reconhecimento adequado da educação sanitária, bem como a sua negligência em relação ao lar como uma instituição

educacional. Ainda para Horne, o dualismo que Dewey tanto criticava, como trabalho e lazer, acabava por gerar divisão nos seus objetivos. Nesse sentido,

a educação visa o desenvolvimento individual ou a eficiência social? Ou, o desenvolvimento individual é tal que torna o indivíduo socialmente eficiente? O método da educação consiste na direção inteligente das atividades ou na cooperação social? O desenvolvimento visa mais desenvolvimento ou a democracia? Ou, o desenvolvimento do indivíduo é uma fase do processo democrático? (Horne, 1938, p. 609)

Segundo Horne, a educação tem que se ajustar com os indivíduos, sendo a sociedade comporta desses indivíduos, todos de personalidades diversas entre si. A discussão de Dewey, porém, não girava sobre o valor da personalidade, mas sobre o tipo democrático de experiência, entretanto, são as personalidades que têm experiência: “é quase como se democracia e individualidade equivalsessem a omitir a personalidade” (Horne, 1938, p. 609).

Dessa maneira, Horne encerra seu livro com o seguinte comentário: “Dewey é o profeta do método experimental em uma idade sobrecarregada com os problemas da ciência, do industrialismo e da democracia incipiente. O círculo dos que ouvem sua voz é vasto e aumenta sem cessar. Procuramos ter tento no que ouvimos” (1938, p. 611).

### **Considerações finais**

Em vista da discussão acima realizada, é importante destacar que, para além de compreender como as ideias escolanovistas foram lidas e apropriadas no Brasil, livros como os de Dewey e Horne foram utilizados no país por editores, tradutores, apresentadores, prefaciadores como dispositivos estratégicos para a formação e a prática de professores, num momento em que se acentuava o debate educacional brasileiro entre dois grupos rivais, católicos e pioneiros. Para tanto, utilizaram-se de estratégias textuais e editoriais, tais como a apresentação do nome do autor na capa, bem como o título da obra, as referências da editora e o nome da coleção. No caso do livro traduzido de Horne, também o lugar de inserção profissional do autor e do tradutor foi destacado, assim como a indicação de como utilizá-lo.

Além disso, editores e tradutores foram escolhidos por serem figuras de destaque no cenário educacional brasileiro e, dessa forma, emprestariam sua reputação junto à coleção, além de oferecerem credibilidade aos títulos publicados junto ao público leitor. Também foram escolhidos intelectuais de prestígio para realizar prefácios ou apresentações, bem como prescrições para leitura e uso de tais livros.

No caso de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira o livro de Dewey ia ao encontro dos discursos sobre a reforma da escola e da cultura brasileiras que defendiam. Livros como esse funcionariam como alavancas de modernização para o Brasil e, portanto, deveriam circular, sobretudo nas bibliotecas das escolas normais, local de formação de futuros professores. No caso de Van Acker, que fazia a defesa dos ideais católicos de educação contra as proposições consideradas modernizantes do escolanovismo e, portanto, criticava a pedagogia de Dewey posta a circular pelos pioneiros escolanovistas, o livro de Horne e sua crítica às ideias progressistas foi muito bem recebido.

É importante considerar, ainda, que as diversas formas de estratégias textuais e editoriais que utilizaram para divulgar ou censurar concepções pedagógicas foram também no sentido de consolidar um modelo escolar. Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira propunham bases pedagógicas renovadas e uma reformulação da política educacional. Van Acker, por sua vez, pela posição que ocupava como intelectual católico representava a implantação dos ideais cristãos na sociedade, numa tentativa de conter o avanço da laicização do ensino no Brasil, recuperando o domínio da Igreja no campo educacional.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. Leonardo Van Acker e a filosofia da educação na PUCSP. JORNADA DO HISTEDBR, 6, 2005. Anais ... Ponta Grossa: UEPG, 2005.
- BICCAS, Maurilane de Souza; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a Revista do Ensino. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 63-91.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita Almeida. A biblioteca da educação de Lourenço Filho: uma coleção a serviço de um projeto de inovação pedagógica. *Quaestio*, Sorocaba, v. 8, 2006, p. 47-63.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- HORNE, Herman Harrel. *A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático*. São Paulo: Saraiva, 1938.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; MENEZES, Maria Cristina (orgs.). *Anísio Teixeira 1900-2000: provocações em educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: USF, 2000.
- TEIXEIRA, Anísio. 1936. Apresentação. In: DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 5-8.
- TOLEDO, Maria Rita Almeida. Circulação de modelos de leitura para professores: a atualidades pedagógicas e a biblioteca museu do ensino primário. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30, 2007. Anais ... Caxambu: Anped, 2007.
- VAN ACKER, Leonardo. Vários métodos no estudo da escola nova. *Revista Brasileira de Pedagogia*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 1934, p. 65-70.
- VAN ACKER, Leonardo. Prefácio. In: HORNE, Herman Harrel. *A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático*. São Paulo: Saraiva, 1938, p. 5-6.

MARIA DE LOURDES PINHEIRO é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Tem doutorado em Educação pela FE/Unicamp.

Endereço: Rua Mário Camargo, 101 - 15775-000 - Santa Fé do Sul - SP - Brasil.

E-mail: [pinheiro.lou@gmail.com](mailto:pinheiro.lou@gmail.com)

MARIA CRISTINA MENEZES é professora de História da Educação, no Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania da FE/Unicamp. Tem estágio pós-doutoral em História da Educação pela Universidade de Lisboa e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas.

Endereço: Rua Bertrand Russel, 801 - 13083-970 - Campinas - SP - Brasil.

E-mail: [mcris@unicamp.br](mailto:mcris@unicamp.br)

Recebido em 27 de agosto de 2013.

Aceito em 15 de abril de 2014.